

Regulamentos Externos e Internos Grupo SIMAB

(Síntese)



Enquadramento Geral

| Regulamentos Exteriores | Descrição sucinta |
|---|--|
| Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro | Aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial |
| Decreto-Lei n.º 262/1986, de 2 de setembro, na redação atual | Aprova o Código das Sociedades Comerciais; |
| Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro | Aprova o novo Estatuto do Gestor Público, e que altera o Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, no que diz respeito a questões de remuneração, contratos de gestão e outros benefícios; |
| Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto | Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial; |
| Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual | Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo; |
| Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, 22 de fevereiro | Aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas; |
| Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio | Relativo à divulgação dos atrasos de pagamento a fornecedores; |
| Lei n.º 12/2022, de 27 de junho | Aprova o Orçamento de Estado para 2022; |
| Decreto de Lei 53/2022, de 12 de agosto | Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022 |
| Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho | Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas - SNC |
| Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação atual | Aprova o Código de Trabalho |
| Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho | Relativa à manutenção da aplicação da redução remuneratória; |
| Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro | Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) |
| Resolução de Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março | Elaboração e divulgação de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações |
| Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto | Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - RGPD |
| Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho | Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, aprovado pela Lei n.º 46/2018; |
| Diversas orientações da tutela, financeira e setorial | |

| Regulamentos Internos | Descrição sucinta |
|--|---|
| Código Ética | Instrumento orientador e facilitador da apreensão das normas éticas e de conduta do Grupo SIMAB, por parte dos responsáveis e trabalhadores, do ponto de vista individual e nas relações interpessoais, dando a conhecer aos nossos parceiros externos e outras partes interessadas os princípios subjacentes à forma como desenvolvemos a nossa atividade. |
| Manual do Trabalhador e Normas do Grupo SIMAB | Orientação e disponibilização de um conjunto de informações essenciais sobre a estrutura e organização interna da empresa, destinando-se aos trabalhadores, que exerçam funções no Grupo SIMAB |
| Regulamento de Utilização de Viaturas | Regula de forma efetiva e racional, a utilização e gestão operacional, patrimonial e contratual da frota automóvel, como garante de uma maior rentabilização de recursos e contenção de custos que lhe estão associados |
| Regulamento Interno dos Mercados | Estabelece as regras a que obedece o funcionamento geral do Mercado, designadamente a organização, o funcionamento, a disciplina, a limpeza, a segurança e a vigilância. Aplica-se à universalidade que constitui o Mercado, submetendo-se às suas disposições todos os utentes que nele exercem qualquer tipo de atividade, a título permanente ou temporário. |
| Regulamento Controlo Interno Contratação Pública | Estabelece o conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública desenvolvida pela SIMAB e suas participadas, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. |
| Política de Privacidade e Proteção de dados pessoais | Estabelece os termos em que o Grupo SIMAB trata os dados pessoais de terceiros e os direitos que estes podem exercer, de acordo com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) - e restante legislação nacional aplicável. |

Enquadramento Específico da Atividade

| Regulamentos Exteriores | Descrição sucinta |
|---|--|
| Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, | Aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo. |
| Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro | Aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o horizonte 2030 (ECO.AP 2030), e , |
| Despacho n.º 1475/2022, de 07 de fevereiro de 2022 | Despacho da área governativa da economia e da transição digital, para o triénio 2022-2024, que estabelece os objetivos e metas relativos ao consumo de energia e de outros recursos, bem como às emissões de gases com efeito de estufa (GEE). |
| Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, | Aprova o regime geral da gestão de resíduos. |
| Decreto Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto e posteriores alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro | Transpôs para ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/83/CE do Conselho, de 3 de novembro de 1998, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano |
| Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro | Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios |